

O "jumbo" não está prejudicado

ALBERTO TAMER
Especial para O ESTADO

LONDRES — Embora mais preocupados, banqueiros que operam na City de Londres não acreditam que a rejeição do Decreto-Lei nº 2.045 tenha prejudicado seriamente os acordos para o reescalonamento da dívida externa brasileira de 1984. Ainda há margem para negociação interna em torno da segunda proposta governamental. Eles acreditam que o governo brasileiro já teria acertado com o FMI os termos dessa proposta, que embora menos ortodoxa, na concepção do Fundo, tem outros atrativos quanto à política fiscal.

Não há dúvida, acrescentam alguns, que os bancos relutantes utilizarão esse fato para retardar as respostas, que o Brasil pediu fossem dadas até o dia 10 de novembro. Mas os grandes bancos, que têm mais conhecimento da política interna brasileira, continuam apoiando o novo "pacote" externo. Falava-se, até mesmo na City, que dos entendimentos entre governo e oposição para a aprovação da nova política salarial possam surgir modificações mais profundas na estrutura da administração federal.

Todos afirmam, porém, que é indispensável a aprovação da carta de intenções do Brasil, pelo FMI, pois sem isso não haverá qualquer acordo ou desembolso por parte dos bancos comerciais. Por isso, esperam que o governo brasileiro tenha submetido as novas medidas ao Fundo Monetário Internacional.

O APOIO BRITÂNICO

O governador do Banco da Inglaterra, Robin Leigh-Pemberton, afirmou, em jantar solene na City, que a solução para o endividamento dos países em desenvolvimento está no apoio de todos — bancos comerciais, instituições internacionais e governos.

Essa declaração espontânea está sendo interpretada como uma tomada de posição resolvida do Banco da Inglaterra contra a orientação de Margaret Thatcher no sentido de que não sejam concedidos novos financiamentos a esses países.

No caso específico do Brasil, o Banco da Inglaterra confirmou e endossou, ontem, o pronunciamento feito pelo seu diretor-executivo, Anthony Loehnis, na reunião entre os banqueiros e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, no início desta semana. Nesse encontro, ele confirmou a posição do Banco da Inglaterra favorável ao novo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões ao Brasil.

No dia anterior à reunião — segunda-feira —, o embaixador do Brasil, Mário Gibson Barboza, havia estado com o secretário do Tesouro, que manifestou satisfação pelo acordo com o FMI. Disse ele que a Grã-Bretanha vai participar das operações relativas ao reescalonamento da dívida, mas não se referiu aos créditos para exportação.

Não se acredita, na City, que essa ressalva britânica venha a prevalecer nem mesmo prejudicar o acordo. A participação inglesa nesses financiamentos é pequena em comparação com os Estados Unidos e o Japão. Além disso, outros países europeus já decidiram conceder esses financiamentos, o que desalojaria a Grã-Bretanha do mercado brasileiro.

Mais ainda: a primeira-ministra vem encontrando forte resistência dentro do próprio governo. Seus opositores não vêem sentido em dificultar exportações para o Brasil, prejudicando a própria indústria britânica, ao mesmo tempo em que participa da consolidação de uma dívida muito maior.

Dívida externa